

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE PROFESSORAS SOBRE O BINÔMIO CUIDAR E EDUCAR

Simone Galiani MILAN¹
Suélen Cristiane MARCOS²
Gilza Maria Zauhy GARMS³

RESUMO:

O presente trabalho é fruto dos resultados de uma pesquisa constituída como um recorte do projeto de pesquisa intitulado “Formação profissional para a docência na educação infantil: contribuições a partir da análise de Propostas Pedagógicas/ Curriculares praticadas em creches e pré-escolas”, em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa “Formação de Professores em Educação Infantil” – FOPREI, vinculado à linha de pesquisa “Infância e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Neste trabalho, nosso objetivo é conhecer as concepções de criança que determinam a prática pedagógica, nas instituições de educação infantil, assim como, as concepções de cuidar e educar de professoras, considerando que essas são as duas funções complementares e indissociáveis da educação infantil. Para atingir os objetivos propostos e elucidar esse dilema educativo, escolhemos a metodologia qualitativa, e como ferramenta metodológica a aplicação de questionários visando identificar a percepção presente na prática das professoras de educação infantil, por meio das seguintes questões: Para você, o que é criança? O que é cuidar? O que é educar? Foram entrevistadas quatro professoras, que trabalham com crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos. Os resultados apontam que é necessário que os professores ampliem suas concepções sobre os aspectos que englobam o binômio cuidar e educar para que o problema da separação entre eles seja superado mediante uma prática pedagógica que respeite as especificidades da infância, bem como, visando favorecer positivamente o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo das crianças pequenas.

Palavras-chave: Formação Profissional. Educação Infantil. Trabalho Docente. Cuidar. Educar.

¹ Mestranda em Educação- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho-UNESP Presidente Prudente. simonegaliani@hotmail.com. Bolsista CAPES.

² Mestranda em Educação- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho-UNESP Presidente Prudente. ssucris@hotmail.com. Bolsista CAPES.

³ Professora Doutora- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho-UNESP. Presidente Prudente- gmzauhy@hotmail.com. Docente da Graduação e Pós- Graduação.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, avanços na legislação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009) e estudos acadêmicos têm levado os profissionais que atuam na educação infantil a refletirem sobre as concepções que determinam a sua prática pedagógica.

O estudo sobre as concepções dos professores a respeito da educação infantil, considerando a sua dupla função cuidar e educar se justifica se levarmos em conta a história da educação infantil em nosso país que durante muito tempo foi simplesmente assistencialista, voltada para crianças carentes que não tinham com quem ficar enquanto a mãe trabalhava. A educação oferecida nestas instituições se caracterizava pela submissão das crianças e tinha como maior objetivo auxiliar as mães trabalhadoras.

A educação infantil do passado apresentava características que dificultaram o seu desenvolvimento para se chegar à situação atual. Em primeiro lugar, destinava-se às crianças das classes sociais menos favorecidas e se constituía num meio de promover a organização familiar e de dar condições para o trabalho à mãe, contribuindo para uma cultura que via a educação infantil como um direito a mãe trabalhadora e não da criança. (FERREIRA; GARMS, 2011 p.71)

Essa educação assistencialista foi necessária em seu tempo e significou um começo para a educação das crianças pequenas em nosso país, no entanto hoje a educação infantil não pode mais significar apenas cuidado, o suprimento das necessidades básicas das crianças como higiene, alimentação e saúde que deve ser mantido, todavia é necessário ir além, ao ter também o objetivo de educar essas crianças. Para Bujes “A educação da criança envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar”. (p.16, 2001)

Dada à história da educação infantil em nosso país é compreensível que os professores ainda mantenham uma concepção de educação infantil enraizada no cuidar, deixando de lado a sua outra função de educar, ou que definam essa dupla função da educação infantil de forma segmentada, como se não pudessem ser unidas, como se para agir de acordo com uma função fosse necessário abrir mão da outra, ou deixá-la para depois.

Com base nessas dificuldades sentidas por nós educadores, de entendermos a educação infantil como tendo o cuidar e o educar de forma

indissociável na sua prática, escrevemos este trabalho com o intuito de contribuir para a mudança das concepções, que alguns educadores possuem de que é mais importante cuidar, ou que ora se cuida, ora se educa, sendo ambas as funções dictomizadas num processo educativo em que deveriam estar unidas.

Considerando que a prática pedagógica envolve o binômio cuidar e educar, é necessário que, primeiramente, os educadores infantis repensem suas concepções sobre o que é criança. De acordo com Bujes, a produção de saberes sobre a infância, portanto, esteve conectada à regulação das condutas dos sujeitos infantis e à instituição de práticas educacionais voltadas para eles. (p.8, 2001)

“Os significados atribuídos à infância são o resultado de um processo de construção social, dependem de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história, [...] a idéia de criança natural tem dois desdobramentos que estão ainda hoje muito presentes nas nossas representações do sujeito infantil: o da criança raciocinante – ou sujeito cognitivo – e o da criança inocente” (p. 14, 2001)

Gerar as mudanças de concepções pouco corretas por parte dos educadores infantis é condição para que a educação infantil hoje possa estar em consonância com as necessidades históricas de nosso tempo presente, não podendo, portanto ser dictomizada entre o cuidar e educar antes unir essas funções para garantir a qualidade da educação infantil oferecida nas instituições, pois segundo Ostetto:

A educação infantil deve suprir as necessidades de seu tempo histórico “a instituição de educação infantil, hoje, para estar em sintonia com as necessidades do seu tempo histórico, deve cumprir o que tem sido definido como seu “duplo objetivo”: educar e cuidar” (p.12, 1997).

As discussões aqui apresentadas são frutos de uma pesquisa em andamento intitulada “Formação profissional para a docência na educação infantil: contribuições a partir da análise de Propostas Pedagógicas/ Curriculares praticadas em creches e pré-escolas”, em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa “Formação de Professores em Educação Infantil” – FOPREI, vinculado à linha de pesquisa “Infância e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

Essa pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa que se caracteriza segundo Bogdan e Biklen (1994) por estabelecer um contato direto do pesquisador com a situação estudada de forma natural, buscando dados descritivos e um plano que focalize a realidade de forma contextualizada. Nessa abordagem, adotou-se como instrumento metodológico a aplicação de questionários semi-estruturados objetivando identificar as concepções presentes na prática das professoras de educação infantil por meio das seguintes questões: Para você, o que é criança? O que é cuidar? O que é educar?

As respostas para essas perguntas colaboraram para que se pudesse refletir a cerca do cuidar e educar na educação infantil e permitiram encontrar resultados que podem contribuir na busca de melhorias na qualidade do trabalho desenvolvido com crianças pequenas, bem como na atuação dos professores de educação infantil no cotidiano escolar.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E CUIDADO

A Educação Infantil tem uma história que surge desde a constituição do grupo social a que pertence à criança, ou seja, a família. Durante um longo período de tempo se manteve a concepção de que educar as crianças era de responsabilidade total da família, que deveria ser capaz de oferecer a socialização primária aos seus membros menores, ficando a cargo do governo a educação dos jovens e adultos. Dentro deste contexto histórico as instituições de educação infantil surgem apenas para exercerem a função da família quando essa por motivos sociais, econômicos ou psicólogos se tornasse disfuncional.

É certo que por longo período, a educação infantil, em especial as creches, foram consideradas um mal necessário, um meio a valer-se em casos de extrema privação, cumprindo assim o lugar da “falta da família”. Essa visão reflete um posicionamento do estado e valores sociais, de forma geral que atribuem à família a responsabilidade exclusiva diante do cuidado e da socialização da criança. Em decorrência disto, como afirma Haddad (2002), observa-se uma dissensão de atribuições: à família cabe o cuidado e a socialização dos pequenos, ao estado a educação dos maiores. (FERREIRA; GARMS, 2011 p.71)

Essa responsabilidade exclusiva da família de cuidar e educar as crianças encontrou respaldo na psicologia que defendia a importância do estabelecimento de um vínculo afetivo com a mãe, naturalmente a melhor cuidadora da criança, o que

dificultou pensar as instituições de educação infantil como um a possibilidade de compartilhar a educação das crianças com a instituição familiar. Essa concepção equivocada compromete até hoje a qualidade das instituições de educação infantil, como por exemplo, a escolha dos profissionais para nelas atuarem, o baixo nível de formação exigida para eles se relaciona com a crença de que ser mulher e mãe basta para garantir o bom trabalho dessas profissionais.

Essa concepção foi, por muito tempo, reforçada por teorias psicológicas que defendiam a necessidade de vínculos duradouros da criança com um único responsável, preferencialmente a mãe. A naturalização do cuidado infantil como uma atribuição exclusiva da família, ou mais precisamente feminina, parece ser ainda um elemento fortemente inibidor de que uma concepção de que essa tarefa possa ser compartilhada por outros autores ou em outras esferas da sociedade. (p.71, HADDAD, 2002)

Embora a concepção de que quem deve realmente cuidar da criança é a família tendo grande importância à figura materna para atingir esse fim, entre os séculos XVI e XVII, com o surgimento das primeiras instituições de educação infantil, ocorreram mudanças significativas relacionadas à infância: as reflexões sobre propostas de trabalho com crianças pequenas, novas teorias psicológicas e médicas, mudanças na forma de se entender a infância e o papel da criança na sociedade e a preocupação de como torná-la um indivíduo produtivo por meio da educação iniciou o processo de reconhecimento e valorização das instituições de educação infantil para complementar a ação da família no cuidar e educar das crianças (Bujes,2001).

Além da família, a escola e a igreja tiveram, também, importante papel na educação das crianças consolidando:

(...) uma nova forma de encarar a infância, que lhe dava um destaque que antes não tinha; a organização dos espaços destinados especialmente para educar crianças, o surgimento de especialistas que falavam das características da infância e também uma desvalorização de outros modos de educação da criança existentes (p.14, BUJES, 2001).

Assim a educação infantil surge como uma novidade no nosso país e passa a sofrer influência dos ideais iluministas, voltados para a escola primária, que surgiram na segunda metade no século XIX.

Com essas mudanças de paradigmas no cenário educacional do nosso país a educação infantil passou a defender a qualidade de ensino, criando propostas

favoráveis ao desenvolvimento da infância, a ser vista como oposto da assistência e apoiada por instituições educacionais.

Com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDBEN 9394/96 a criança passa a fazer parte da legislação, havendo um reconhecimento da infância como momento específico no desenvolvimento do indivíduo - a legislação traz a noção de criança como sujeito de direitos, tornando-a cidadã na sociedade.

Após esse cenário de conquistas, a Educação Infantil ganhou destaque nas pesquisas realizadas na área de Educação, devido a seu novo papel na Educação Básica. Em 1996, a LDBEN evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, passou a atender crianças de 0 a 6 anos, nas creches e nas pré – escolas, reformulando suas propostas pedagógicas - curriculares.

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDBEN9394/96 artigo 29).

Em 1998, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, no contexto da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais que atendiam ao estabelecido no artigo 26 da LDBEN em relação à necessidade de uma base nacional comum para os currículos. Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI (1998), o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, com caráter mandatório visando trazer melhorias na educação da criança pequena.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil- Resolução nº 5/ 2009 sofreram alterações no sentido de substituírem a Resolução nº 1 de 1999. A nova Resolução entrando em vigor destacou a mudança na faixa etária da educação de infantil de 0 a 6 anos para 0 a 5 anos de idade, pois a criança com 6 anos já passa a freqüentar a educação básica (1º ano do ensino fundamental) a partir do ano de 2010.

Essa mudança considera que a criança de 0 a 5 anos de idade, de acordo com o artigo 4º, deve ser vista como um sujeito histórico e de direitos e que, nas suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa,

experimenta, narra e questiona os sentidos da natureza e da sociedade, produzindo cultura.

Outro aspecto importante, nesse cenário de mudanças, destaca-se no artigo 5º das DCNEI:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Desta forma, conquistam-se mais um ponto na educação das crianças pequenas, podendo agora valorizar, principalmente, o espaço, remetendo-lhe não mais só o cuidado e sim à educação.

Acredita-se, portanto, que a educação infantil tem o papel de auxiliar a criança na liberação de energias, das capacidades infantis e promover o desenvolvimento harmonioso da criança como um todo, em todas as áreas – comunicativa, social, afetiva e também em relação ao pensamento crítico e científico; quanto mais ampla for a gama de possibilidades que oferecemos às crianças, mais intensas serão suas motivações e mais ricas suas experiências.

A educação infantil constitui um campo paradigmático para estudo do “cuidado”, interligando a afetividade e a racionalidade. É considerada, dentre as profissões que cuidam, de potencializadora dos fatores emocionais, pois envolve relações interpessoais entre profissionais e crianças pequenas, tornando ainda mais paradoxal a cisão entre o cuidar e o educar. (MONTENEGRO, 2001)

No universo da educação infantil, encontramos diversas concepções de criança defendidas pelos teóricos do desenvolvimento infantil. A concepção de infância dos dias atuais é bem diferente de alguns séculos atrás. É importante salientar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se pode perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos. O que hoje pode parecer uma aberração, como a indiferença destinada à criança pequena, há séculos atrás era algo absolutamente normal. Por maior estranheza que se cause, a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura.

A concepção de criança determina a forma como os adultos lidam com elas, por isso é pertinente conhecer a concepção de criança dos professores de educação infantil para a partir dela entender a sua prática pedagógica, tendo como foco o binômio cuidar e educar, dois aspectos indissociáveis na educação infantil.

Além da concepção de criança, nos baseamos na concepção de cuidar e educar de Montenegro (2001), que pesquisou em dicionários de várias línguas a origem etimológica das palavras cuidar e cuidado. Descobre, então, que cuidar vem de *cogitare*, que ambas têm a mesma raiz.

(...) O verbo *cogitare* tem sua origem em *co-agitare* e passou a designar a *agitação do pensamento, revolver no espírito ou tornar a pensar em alguma coisa*. É curioso notar como este verbo passou a significar unicamente a atividade do pensamento, como observou Santo Agostinho em suas *Confissões*: “a inteligência reivindicou como próprio este verbo (*cogito*), de tal maneira que só ao ato de coligir (*cogere*) no espírito, e não em qualquer parte, é que propriamente se chama pensar (*cogitare*). (p. 72)

Antes do século XIII, *cogitare* e *cuidare* teriam o mesmo significado, referindo-se tanto à inteligência quanto à vontade, tanto ao pensar quanto ao sentir. Com o passar do tempo, o uso de *cogitare* foi sendo restringido e substituído por *pensare*, que tem um sentido mais preciso. Por seu lado, no latim, os significados de *cogitare* se expandem, assumindo os sinônimos ‘*esperar, temer, estar preocupado ou ser solícito*’, vinculando-se a significações de caráter emocional.

De fato, continua Montenegro, em línguas neolatinas, como o espanhol, o italiano e o francês, o verbo cuidar tem vínculo com dois grupos de significados, um relativo à solicitude para com o outro e um referente ao pensamento, à reflexão.

(...) a conotação emocional que esta palavra passou a adquirir, e que se evidencia também em sua sinonímia – como carinho, angústia, ansiedade, paixão, preocupação -, advém de seu sentido primitivo de “agitar pensamentos” (p.76, 2001).

Buscando mais elementos para a reflexão, a autora encontra na filosofia e na enfermagem, disciplinas que se ocupam do cuidar, os sentidos que envolvem esta ação. Conclui que para a filosofia, a palavra cuidado é empregada com o significado de *cuidar de si*, indicando uma reflexão sobre si mesmo. Já na enfermagem o cuidar é concebido como altruísmo, tem o sentido de cuidar do outro. Podemos inferir, então, que, nos dois casos, o cuidar é desprestigiado por estar relacionado à emoção, e não à razão; e, ademais, às mulheres, que seriam inferiores aos homens. Assim, a cisão entre educar e cuidar seria a expressão, no restrito campo da

educação infantil, da cisão maior entre razão e emoção, uma das marcas fundamentais da sociedade ocidental.

Sendo assim, no próximo item, apresentaremos o resultado de nossa busca na resolução dessa dualidade cuidar-educar.

2.1 O CUIDAR E O EDUCAR NA PERSPECTIVA DAS EDUCADORAS INFANTIS

Para entender a relação entre o binômio cuidar e educar na educação infantil foram entrevistadas quatro professoras de uma escola municipal de ensino, em respeito as normas éticas, assim como o direito, ao anonimato dos sujeitos desta pesquisa nos referiremos às professoras neste trabalho como sendo professora A, professora B, professora C e professora D.

Elaboramos um questionário de caráter qualitativo, visando conhecer as concepções das professoras. As questões centrais foram: O que é ser criança para você? O que é cuidar? O que é educar?

Na concepção das professoras, a criança é definida como:

“...Vida, a criança, é tudo, ela representa a vida, o futuro, a esperança”. (professora A)

“É uma sementinha que está ali para você trabalhar com ela”. (professora B)

“Quando não tem criança na escola, a escola fica triste; elas são muito criativas, peraltas, e trazem alegria”. (professora C)

“Criança é um ser que precisa ser lapidado, deve ser ensinado, precisa de carinho, paciência e ser respeitada nos seus limites”. (professora D)

Nas concepções defendidas pela literatura, Rousseau (2004) define a criança como um ser completo, com suas próprias características; a criança tem um modo singular de entender e de ver o mundo e deve ser entendida dentro do seu estágio de vida.

Na visão de Piaget (1995), a criança é um ser que tem a capacidade mental de construir relações e interagir com o ambiente em que vive por meio de sua própria construção/inteligência.

Para Vygotski (2005), a criança é considerada como um sujeito social que é transformado, criado e recriado pela cultura do meio.

E na concepção de Wallon (1981) a criança, desde o seu nascimento é um ser simultaneamente biológico e social. As capacidades biológicas são os condicionantes da vida em sociedade, mas o meio social é o condicionante do desenvolvimento destas capacidades.

Nas palavras de Machado (1999), a criança é, muitas vezes, vista apenas como sendo um ser que ainda não é adulto, ou que é um adulto em miniatura, o que se evidencia nas concepções das professoras B e D, essa concepção de criança como sendo menos que um adulto, um ser em que falta algo, para Machado é inadequada, pois mesmo que a criança seja menor e esteja em desenvolvimento ela é um ser humano completo.

A criança pequena é um ser humano completo e, ao mesmo tempo, em crescimento e desenvolvimento. É um ser humano completo porque tem características necessárias para ser considerada como tal: constituição física, formas de agir, pensar e sentir. É um ser em desenvolvimento porque estas características estão em permanente transformação (MACHADO, p.90)

No que se refere às concepções das professoras A e C, as respostas aproximam-se mais do senso-comum, daquilo que vêem ou sentem pelas crianças ou pela ausência delas na escola; ou seja, o amor, o afeto por elas, sem definição do que elas realmente são, e sim representam no cotidiano escolar.

No contexto da Educação Infantil, é necessário que cada profissional repense suas concepções sobre a criança e a importância de conhecê-la integralmente e trabalhar o seu desenvolvimento num espaço indispensável à ação do professor.

O professor educa e cuida quando acolhe a criança nas situações difíceis, quando a orienta nos momentos necessários e apresenta-lhe pontos que considera significativos do mundo da cultura, da natureza, das artes, das relações sociais, conforme a leva a passear, brincar, observar a natureza, ouvir e ler histórias, ouvir música, conforme a ajuda a comer e dormir, sentir-se limpa, confortável e segura. (OLIVEIRA, 2003, p.8)

De acordo com Montenegro (2001) cuidar e educar são aspectos integrados na educação da infância. Nas propostas atuais de política de atenção à criança pequena almeja-se que as creches e pré-escolas desempenhem a dupla função: educar e cuidar (p.28).

Desta forma, o trabalho pedagógico que aplique essa integração promove um ambiente em que desenvolva na criança a segurança, a acolhida, as emoções, o conhecimento de mundo e a formação de sua identidade (OLIVEIRA, 2003).

Em todos os espaços e tempos de contar e recontar, educar e cuidar são igualmente importantes. Nas palavras de Haddad:

A expressão “educação e cuidado infantil” propõe um terceiro modelo, um novo paradigma que indica a necessidade de uma aproximação entre as dimensões sociais e educacionais do atendimento em uma atenção conjunta às necessidades da criança e da família no contexto da modernidade (2003, p.16)

Assim, denota-se no Brasil uma pressão para a ampliação do número de instituições de educação infantil no intuito de refletir mudanças nas famílias e na compreensão das necessidades das crianças.

O que se quer é um atendimento completo para todas as crianças conforme suas necessidades, desde os primeiros meses até seu ingresso no ensino fundamental. Esse atendimento inclui o cuidar e o educar (DIDONET, p.7, 2003).

No que se refere à concepção das professoras entrevistadas sobre o cuidado, é pertinente nos atentarmos para as seguintes reflexões:

“Cuidar é um conjunto de ações que você adota para ajudar no desenvolvimento da criança”. (professora A)

“Cuidar é se preocupar com o integral da criança, com o todo, não é somente ler e escrever”. (professora B)

“Cuidar é quando você se preocupa com o todo da criança”. (professora C)

“Cuidar é você desenvolver ações que irão auxiliar no desenvolvimento integral da criança”. (professora D)

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. E ainda, o desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (p.24. vol1)

Pelas respostas obtidas, ficou claro que existe uma dificuldade em definir com detalhes o que engloba o ato de cuidar, mas é conciso quando todas as professoras

questionadas responderam que cuidar é voltar-se para o desenvolvimento integral, para o “todo” da criança.

Já em relação ao educar, as professoras questionadas evidenciaram as seguintes concepções:

“Educar é uma formação, mais do cognitivo, social, cultural”.

(professora A) “Educar é formar o cidadão”. (professora B)

“Educar é se preocupar com o integral da criança com o todo, não é somente ler e escrever” (professora C)

“É alfabetizar e transmitir conhecimentos”. (professora D)

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, o sentido de educar é:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (p.23, vol.1)

3. CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas, é possível considerar que as professoras A e C, de forma resumida evidenciam a concepção de educar com certa proximidade da concepção de cuidar, englobando o desenvolvimento integral da criança. Já na concepção das professoras B e D é visível a separação entre cuidar e educar, pois educar resume-se ao conhecimento dos direitos e deveres e ao processo de aquisição da leitura e da escrita (alfabetização).

Denotamos, com esse estudo, que ainda há necessidade de que os profissionais da educação infantil reconstruam suas concepções visando provocar mudanças na articulação teoria e prática, de forma que o binômio cuidar e educar seja trabalhado de forma indissociável, contribuindo assim com o desenvolvimento integral da criança pequena e respeitando as especificidades da infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal, Porto Editora, 1994. BRASIL.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem, KAERCHER, Gládis. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9394 promulgada em 20 de dezembro de 1996.** São Paulo: Roma Victor ed., 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Vol.1 Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Resolução CEB n.º 5 de 17 de Dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**

DIDONET, Vital. **Não há educação sem cuidado.** In: Revista Pátio Educação Infantil. Ano1, nº1, p.6-9, abril/julho, 2003.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **A necessária associação entre cuidar e educar.** In: Revista Pátio Educação Infantil. Ano1, nº1, p.10-12, abril/julho, 2003.

FERREIRA, L. A.M; GARMS, G.M.Z. **Educação infantil e a família- perspectiva jurídica desta relação na garantia do direito à educação.** Porto Alegre: IBDFAM: Letras & Vida, p.71-86, 2011.

HADDAD, Lenira. **Um novo paradigma de integração do cuidar e educar.** In: Revista Pátio Educação Infantil. Ano1, nº1, p.16-19, abril/julho, 2003.

MACHADO, Maria Lucia de A.. Org. **Encontros e Desencontros em Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2002

MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: www.mec.gov.br

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Articular saberes, qualificar práticas: contribuições da Universidade à formação dos profissionais de educação infantil.** Revista Perspectiva, Florianópolis, v.15, n.28, p.11-20, jul/dez.1997.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Diretrizes para a formação de professores de educação infantil.** Revista Pátio Educação Infantil. Ano 1, nº 2, ago/Nov.2003.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1981.